



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

VISITA AO DESPACHO NACIONAL DE ELETRICIDADE – REDE ELÉTRICA NACIONAL

DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016

RELATÓRIO

I. Enquadramento e programa da visita

1. A visita à REN – Rede Elétrica Nacional decorreu de um convite dirigido à Comissão pelo seu Presidente Executivo, em julho de 2016, para visitar o Despacho Nacional de Eletricidade, tendo a Comissão aceite o convite e agendado a visita para o dia 13 de dezembro de 2016.

2. O programa da visita foi o seguinte:

- 15:00 – Boas vindas e enquadramento
- 15:10 – O Sistema Elétrico Nacional
- 15:20 – Visita à Sala do Despacho, visão geral e Q&A
- 16:00 – Esclarecimentos e conclusões
- 16:15 – Fim da visita

Durante a visita, estiveram presentes, entre outros, o Presidente do Conselho de Administração da REN, Rodrigo Costa, o administrador executivo da REN, João Faria Conceição, o Diretor da Gestão do Sistema Elétrico Nacional, Albino Marques, e o Diretor do Despacho Nacional de Eletricidade, Paulo Marques.

II. Delegação da Assembleia da República

Participaram nesta deslocação os seguintes Srs. Deputados da Comissão:

- Deputado Hélder Amaral (Presidente)
- Deputada Hortense Martins (Vice-Presidente)
- Deputado António Costa Silva (PSD)
- Deputado Joel Sá (PSD)
- Deputado Carlos Silva (PSD)
- Deputado António Eusébio (PS)
- Deputado Hugo Costa (PS)
- Deputado José Rui Cruz (PS)
- Deputado Fernando Jesus (PS)
- Deputado Heitor de Sousa (BE)
- Deputado Bruno Dias (PCP)

III. Visita ao Despacho Nacional de Eletricidade

Após a troca de cumprimentos iniciais, a delegação da Comissão visitou o Despacho Nacional de Eletricidade, tendo os representantes da Rede Elétrica Nacional explicado como se processa o despacho e descodificado a informação constante dos diversos ecrãs.

Na reunião que se seguiu, o Presidente do Conselho de Administração e o administrador executivo da REN, mediante uma apresentação em PowerPoint, deram conta da missão da REN – garantir o fornecimento de eletricidade e gás natural sem interrupções, com custos eficientes, qualidade e segurança, e assegurar o equilíbrio entre a procura e a oferta de energia, garantindo que os intervenientes no mercado energético tenham igual acesso às infraestruturas –, situaram a REN na cadeia de valor da energia e explanaram as principais atividades exercidas por esta entidade.

Apresentada a informação sobre a estrutura acionista, a informação financeira e sobre recursos humanos da REN, a intervenção centrou-se na posição da REN no setor energético e no serviço público de energia prestado por esta empresa. Finalmente, foi abordado o impacto que a empresa tem na economia nacional.

Ao longo de toda a intervenção, foram dados exemplos concretos da dificuldade em instalar infraestruturas de transporte de energia, tendo em conta que o transporte enterrado no solo tem um custo 10 vezes superior ao da instalação através de postes, bem como a inutilização total do terreno, devido à servidão criada, e que ninguém aceita facilmente a instalação de postes nos seus terrenos ou no seu município, nomeadamente se os mesmos se situarem perto de equipamentos comunitários sensíveis, como escolas ou hospitais.

Consideraram também que a atual rede da REN é madura e tem uma boa capilaridade, dando resposta às necessidades sentidas no presente, no entanto, será necessária capacidade de resposta ao facto de as centrais a carvão terem uma vida útil mais curta e ao aumento do preço do petróleo.

Abordaram as prioridades estratégicas da empresa, nomeadamente a preocupação com o negócio em Portugal e a internacionalização da empresa, envolvendo *know how* e quadros portugueses.

Os representantes da REN expressaram preocupação quanto às taxas de remuneração definidas pela ERSE. Afirmaram haver um limite para a rendibilidade da empresa e se a remuneração do investimento for esmagada isso vai afastar os investidores para empresas similares de outros países que ofereçam uma rendibilidade mais elevada.

Referindo-se ao tema das interligações, informaram que entre 2007 e 2015 investiram cerca de 200 milhões de euros para reforçar a capacidade de interligação. Em consequência o número de horas em que houve diferenças de preço entre Portugal e Espanha, sendo o sistema português mais caro, passou de cerca de 90% para 10%, tendo havido também uma aproximação entre o preço médio praticado nos dois países, o que representou uma poupança anual para o sistema português de mais de 500 milhões de euros por ano. Para a interligação do gás preveem a necessidade de um investimento de 160 milhões de euros. Neste momento, a Península Ibérica tem 8 terminais de gás mas tem um sistema de oligopólio de agentes, sem interesse em entrarem numa guerra de preços. Quanto à ligação com Marrocos, se Portugal quiser expandir a sua produção fotovoltaica e de renováveis, necessita de ligações para exportar. Atualmente, Marrocos depende de uma interligação elétrica que tem com Espanha e pretende uma alternativa. Para Portugal interessa fazer esta ligação, porque o investimento necessário para a sua realização é amplamente compensado pela exportação de energia que vai permitir. A REN já fez estudos sobre esta interligação e após a tomada de decisão, que se espera até ao final de 2017, a construção durará entre 12 a 18 meses.

Terminada a apresentação, intervieram os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), que abordou a questão das interligações europeias como uma questão crítica; Hortense Martins (PS), que, para além dessa questão, solicitou mais esclarecimentos sobre a interligação com Marrocos e questionou sobre o *mix* energético; Heitor de Sousa (BE), que sugeriu que o próximo plano de investimentos da REN fosse apresentado também à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas; e Bruno Dias (PCP), que reiterou a questão do *mix* energético, questionou sobre informação desagregada sobre produção energética por fontes e sobre interligações.

Na resposta o Presidente da REN lembrou que, quanto a interligações, todos os países querem as infraestruturas mas nenhum as quer pagar. As interligações interessam ao Estado mas nem sempre interessam às empresas que compram e vendem energia. Destacou também o facto de qualquer projeto de interligação trazer maiores benefícios, quanto ao *mix* energético, para os consumidores futuros. No caso das interligações europeias, o decisor político nacional deve ter cuidado acrescido no acompanhamento da matéria, tendo em consideração a posição geográfica do país. Em relação à interligação com Marrocos, ela representará uma oportunidade de exportar energia durante 15 a 20 anos, mas sendo a interligação bidirecional, é uma oportunidade de ter um *back up* de energia, pois se Portugal pode mandar energia para lá, cobrando por esse serviço, o inverso também pode acontecer. Respondendo às questões sobre *mix* energético, realçou que em termos absolutos Portugal tem o que é preciso, mas há centrais a carvão que estão a atingir o limite de vida útil, passando a haver necessidade de obter energia extra e o país deve pretender que essa energia venha de fontes renováveis, pelo que a preocupação se centra no equilíbrio dos componentes desse *mix*. Concluíram, expressando



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

abertura para apresentação do plano de investimentos em reunião da Comissão e para estarem presentes sempre que a Comissão entenda pertinente.

Palácio de São Bento, 4 de janeiro de 2017

O Presidente da Comissão

(Hélder Amaral)